**EXCELENTÍSSIMO SENHOR SECRETÁRIO DE INTEGRIDADE PRIVADA**

**Assunto: Pedido de celebração de Termo de Compromisso.**

**NOME DA EMPRESA OU GRUPO EMPRESARIAL**, inscrita no CNPJ sob o n° 00.000.000/0000-00, com sede **na Rua/Avenida .........................., CEP ................, cidade de .........................., Estado de(o/a) ..............................,** representada neste ato por [**nome, documento (OAB ou CPF) e endereço dos representantes**], conforme procuração anexa, doravante identificada como “**PROPONENTE**”, vem perante Vossa Senhoria apresentar proposta de celebração de **TERMO DE COMPROMISSO**, nos termos abaixo, em face ao Processo Administrativo de Responsabilização/Investigação Preliminar Sumária nº **..........................** que tramita perante a **(órgão da Administração que conduz o PAR)**.

1. A **PROPONENTE**, resguardada pelas previsões constantes da Portaria Normativa CGU n° 155, de 2024, comparece perante a **CGU** de livre e espontânea vontade e declara expressamente:
2. a admissão de sua responsabilidade pela prática dos atos lesivos investigados no âmbito do Processo Administrativo de Responsabilização nº ..........................; e
3. a cessação completa de seu envolvimento na prática dos referidos atos a partir da data de propositura do presente.

Ademais, assume os compromissos de:

1. reparar integralmente a parcela incontroversa do dano causado;
2. perder, em favor do ente lesado ou da União, conforme o caso, os valores correspondentes ao acréscimo patrimonial indevido ou ao enriquecimento ilícito direta ou indiretamente obtido da infração, nos termos e nos montantes definidos na negociação;
3. comprovar o pagamento do valor da multa prevista no inciso I do art. 6º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, no prazo de até trinta dias após a publicação da decisão de deferimento do termo de compromisso pelo Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União, bem como apresentar os elementos que permitam o seu cálculo e a sua dosimetria;
4. atender aos pedidos de informações relacionados aos fatos do processo, que sejam de seu conhecimento;
5. não interpor recursos administrativos contra a decisão que defira integralmente a proposta;
6. dispensar a apresentação da peça de defesa, quando cabível; e
7. desistir de eventuais ações judiciais, caso existentes, bem como não ajuizar novas demandas relativas ao processo administrativo ou ao termo de compromisso celebrado.

2. A **PROPONENTE** declara expressamente que está ciente e devidamente orientada a respeito de seus direitos, garantias e deveres legais ao decidir colaborar com a **CGU** nos termos da Portaria Normativa CGU n° 155, de 2024.

3. A **PROPONENTE**, considerando a previsão constante da Portaria Normativa CGU n° 155, de 2024, requer a aplicação isolada da sanção de multa prevista na Lei nº 12.846, de 2013, com a concessão dos benefícios previstos [fazer referência à fase processual e à previsão constante do § 2º do art. 3° da Portaria Normativa CGU n° 155/2024], sem a aplicação cumulada da sanção de publicação extraordinária da decisão condenatória.

4. Em virtude das atenuantes acima e visando a apresentação pela CGU de cálculo de multa para fins desta proposta de celebração de Termo de Compromisso, a **PROPONENTE** apresenta:

1. as suas demonstrações contábeis e financeiras (Anexo II);
2. toda a documentação e os esclarecimentos relacionados à dosimetria, considerando até mesmo possíveis fatores agravantes e atenuantes, observando-se a necessidade de estarem redigidas ou traduzidas em português, conforme previsão do § 1°, do art. 22, da Lei n° 9.784/99 (Anexo III); e
3. programa de integridade, se existente, exclusivamente por meio dos relatórios de perfil e de conformidade (Anexo IV), com as devidas comprovações (organizadas de forma sequência e por tópico, uma para cada pergunta constante na planilha de avaliação), nos termos da Portaria CGU nº 909/2015, para análise do parâmetro previsto no art. 23, inc. V, do Decreto nº 11.129/2022 (consultar os modelos dos relatórios de perfil e de conformidade no Manual Prático de Avaliação de Programa de Integridade em PAR[[1]](#footnote-1)).

5. Desse modo, a **PROPONENTE** requer a apresentação pela CGU das seguintes informações:

1. cálculo de multa para fins desta proposta de celebração de Termo de Compromisso;
2. indicação, se houver, dos valores a título de dano ou acréscimo patrimonial indevido ou enriquecimento ilícito direta ou indiretamente obtido da infração, a serem pagos/devolvidos pela pessoa jurídica; e
3. indicação de eventual sanção restritiva de licitar e contratar com o poder público, com a aplicação de atenuante.

6. Após a apresentação pela CGU das informações mencionados no item 5 desta proposta, a PROPONENTE compromete-se a manifestar-se, no prazo de 10 dias corridos, pela concordância com a proposta apresentada pela CGU ou pela desistência da celebração de TERMO DE COMPROMISSO.

7. A **PROPONENTE** indica como seus representantes para participar das tratativas sobre a possível celebração de Termo de Compromisso com a CGU os seguintes representantes, conforme documentação constante no Anexo I, ..................................................... **(qualificar, indicando o e-mail e telefone de cada qual)**;

8. A PROPONENTE declara expressamente que a presente proposta, após aprovação pela Secretaria de Integridade Privada e deferimento pelo Sr. Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União, torna-se título executivo para todos os fins de direito e seu descumprimento desconstitui todos os incentivos do presente acordo, em especial: a isenção da sanção de publicação extraordinária da decisão condenatória, a atenuação da sanção restritiva de licitar e contratar com o Poder Público e a concessão dos benefícios previstos no § 2°, do art. 3° da Portaria Normativa CGU n° 155, de 2024.

9. A PROPONENTE declara que a apresentação pela defesa de eventual posterior manifestação em concordância com proposições da Controladoria-Geral da União, para adequação da presente proposta, passam a integrar a presente proposta de forma indissociável e permanente.

10. Por fim, a **PROPONENTE** requer seja a presente proposta recebida, autuada e processada em caráter absolutamente **sigiloso**, desde já assumindo o mesmo compromisso com o sigilo.

 Nestes termos, pede deferimento.

 Cidade, .......... de .......................................... de ...........

Nome e assinatura do representante

1. Disponível em <https://www.gov.br/cgu/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/responsabilizacao-de-empresas> [↑](#footnote-ref-1)